



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – GRUPO DE
TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 16 DE JUNHO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a 4ª reunião do Grupo de Trabalho para dar início ao aprimoramento PL 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio de 2011/2020. O tema da reunião: Financiamento e Infraestrutura. Presença do nobre Vereador Toninho Vespoli e os facilitadores: Prof. Silvana Canonico, Prof. Nilson e Eduardo.

Passo a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos. É do conhecimento de todos que no projeto que tramita aqui na Casa, não temos nada de financiamento. Existe alguma questão que fala sobre a questão da Infraestrutura, mas não pontualmente. Estamos aguardando a sanção da Presidente Dilma, sobre a questão do Plano Nacional de Educação que coloca 10% do dinheiro do PIB para educação, e isso não cabe apenas ao Governo Federal, será um esforço dos entes federativos num todo, nesse sentido acredito que o debate será muito importante, como acho que é uma questão dessa Casa, questão da democracia, pensar na questão do controle social, temos de ter esse recurso, mas ao mesmo tempo qual o controle social desses recursos, é algo que tem de estar no debate aflorando momento. A relatoria está aqui para ouvir e está sempre aqui anotando as ponderações para nos ajudar a construir o projeto de substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra a Sra. Sheila, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA – Boa noite a todos. Como tenho feito, com das outras vezes, fui buscar dentro das contribuições da CONAI 2010, o poderia trazer de destaque para inclusão no atual PL. Vou priorizar três a quatro itens, pensando já que tem alguns que algumas colegas, sei que irão falar. Dentro da proposta de 2010, havia a sugestão, dentro de objetivos e metas, da obrigatoriedade de gasto anual, de no mínimo 30% das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento de ensino. Na Constituição brasileira consta que seria de 25%

no mínimo aplicado na Educação, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências. Não sei, exatamente, o que isso significa. Proposta que 30% das receitas de impostos sejam aplicadas na manutenção do desenvolvimento de ensino. Uma coisa bastante concreta que pode ser incluída aí. Dentro do que foi colocado destaque a garantia da autonomia e desburocratização na gestão de recursos pelas unidades escolares. De acordo com suas necessidades. Percebemos que ainda que vá o recurso para a escola, a burocratização acaba impossibilitando, comprometendo, tanto a manutenção como os processos pedagógicos. Constava ainda, no documento de 2010, a criação de mecanismos que propicia a participação popular na gestão de recursos financeiros com o objetivo e monitorar a distribuição e aplicação desses recursos de maneira satisfatória. Uma coisa vem muito colada na outra. Autonomia para fazer a gestão de recursos, e o acompanhamento dessa destinação por parte da comunidade escolar. São duas coisas muito importantes. Outra questão que destaque, diz respeito alimentação escolar. Ai consta no documento de 2010 o seguinte: garantir melhorias na qualidade e diminuição dos custos com a merenda escolar, utilizando alimento in natura, integração com políticas de agricultura familiar e de economia solidária. E aí, no que se refere integração, a questão da qualidade da merenda escolar com produto in natura, está afinado com toda proposta de educação ambiental que se possa desenvolver em uma escola: alimentação, a cozinha, o preparo do alimento, conhecer de onde veio esse alimento, é uma preciosidade no currículo. Como aqui é citado a questão da integração com políticas de agricultura família, trouxe aqui a lei da merenda escolar, de 2009, Lei Federal, que estabelece que no mínimo 30% dos recursos que chegam ao Município pelo FNDE, no Art.14, primeiro a lei começa já falando da inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino. Lei 11947, de junho de 2009. A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema: alimentação e nutrição e o desenvolvimento de prática saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. A questão da educação ambiental e

currículo. No Art. 14, consta o seguinte: - da Lei Federal, uma lei que já deve ser cumprida – do total de recursos financeiros, repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando o assentamento de reforma agrária comunidades tradicionais indígenas e unidades quilombolas.

Então, se o Município de São Paulo passar efetivamente a priorizar a compra de comunidades. Esse aqui é o adendo a Lei. Aqui consta o que foi colocado antes também vale. No primeiro texto dizia, que deveria ser priorizado a compra, tendo agricultores familiares para entregar o produto, deveria ser priorizado a agricultura orgânica.

Então, se o Município de São Paulo passar efetivamente a priorizar a compra de comunidades, de assentamentos, de agricultura familiar e de orgânicos, é possível que, enquanto Município, provoquemos uma organização dessas comunidades e um menor impacto ao ambiente, à poluição de solo, de recursos hídricos, enfim. Então, há todo um desdobramento, além da Saúde das crianças e além da questão social, há também a questão ambiental aí, bastante forte.

Então, eu entendo que ele é uma coisa que não se discute, se cumpre, mas que é fundamental que, dentro do PL, exista um reconhecimento e um fortalecimento dessa proposta, dessa lei que foi aprovada em 2009.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - A próxima inscrita é Sra. Benê, do Sinesp.

Vamos manter quatro minutos e, na reinscrição, três minutos, porque, de início, para falar, três minutos é muito pouco. Portanto quatro minutos.

A SRA. BENÊ - Boa noite a todos.

Primeiro, acho que tem de se fazer uma ressalva, porque é um plano que veio para a Câmara Municipal sem a meta do financiamento. Isso foi considerado um absurdo por todos nós que estávamos envolvidos no processo. Tivemos uma reunião com o Secretário de Educação, logo no início do Governo, no ano passado, levantamos essa questão.

Considerando todo o passado dele nesta matéria, que ele é um estudioso de financiamento. No entanto, nada foi feito em relação a esse projeto que está aí agora. Mas, de qualquer forma, está havendo essa discussão e acho muito importante.

Tivemos, no começo do ano, uma lei, a 15.963, que inclui na Educação algumas despesas que eu penso que deveremos nos deter em analisar com muito cuidado os termos que estão aqui, antes que haja a inclusão dessas despesas no Plano Municipal de Educação, até porque elas estão redigidas de uma forma muito vaga. E, por ser vaga, ela pode se tornar muito ampla. Há, por exemplo, aqui: despesa com proteção escolar. Aí se pode pôr infinito. Então, se essas despesas que estão contidas aqui na lei forem fazer parte do plano, penso que deveremos ter um momento para debater com muita profundidade isso que está aqui.

Aqui tem biblioteca, tem Clube Escola, telecentros. Então são muitas instituições a consumir dinheiro da Educação. Assim, temos de ter muito critério nisso aqui.

É a Lei 15.963, é a que cuidou, que fez as duas referências, e ela incluiu, traz embutidas essas questões de lançamento, da mesma forma que trouxe a exclusão dos aposentados dos proventos da Educação.

Outra coisa que também acho interessantíssimo que conste no nosso Plano são as verbas do PTRF. Temos uma disparidade muito grande na distribuição das verbas. Por exemplo, os CEIs, que cuidam das crianças pequenas, são os que recebem menos recursos.

Então, propomos que haja uma equidade desses gastos aqui, porque, quanto menor a criança, eu acredito que mais despesa ela terá. É necessário muito mais recurso. Então isso aí é um tema que penso que deveríamos também ver com muito cuidado para estar incluído tudo isso.

Na questão do controle social, hoje temos um Conselho, mas ele também requer formação, condições para funcionamento. Teria que haver a facilitação para os pais, formação, até porque é um tema muito árido o controle de financiamento. É um tema, assim, que as pessoas, não tendo formação, ficam só marcando passo, uma figura que se faz um número lá,

mas, a bem da verdade, se não têm uma formação, não têm condição de analisar gastos. Então é necessária uma formação para esse Conselho do Fundeb, que cuida das verbas da Educação, não só para esse pessoal. Acho que está eleito justamente para isso...

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Quatro minutos.

A SRA. - ... Mas é importante, então, que haja uma formação para que realmente se concretize uma fiscalização adequada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

O próximo é o Sr. Arnaldo, do Aprofem.

O SR. ARNALDO - Boa noite a todos.

O que vou falar já foi antecipado por alguns colegas aqui. O primeiro deles se refere à autonomia das escolas na utilização dos recursos. Já tive condições, como representante de entidade em governos anteriores, de mostrar a situação que, às vezes, ficam os diretores quando recebem uma verba que não é suficiente para executar as próprias despesas. Em tese, o serviço deveria ter continuidade até o envio da próxima verba. E, na realidade, fica difícil proceder dessa maneira. Então, o que estou colocando aqui já é mais administrativo do que seu caráter geral que o Plano exige, mas que, no fim, o Plano acaba se deparando com questões pequenas, mas importantes na unidade.

O controle só pelo Fundeb também parece ser insuficiente. Participei do Fundeb por dois anos e, à época, - não sei se hoje ainda é da mesma forma, se as coisas acontecem da mesma forma -, mas os Conselheiros recebiam relatórios, aprovavam o que estava ali apresentado, mas até sem ver a obra, o órgão que foi feito pela escola com a verba que foi dada. É lógico que há um escalonamento, as pessoas que apõem o visto em obras executadas e tal, há todo um procedimento. Mas o conselheiro, quem participa de órgão de controle, tem de ter um acesso mais próximo com relação ao uso da verba. E isso que foi colocado aqui já, das pessoas sem nenhuma formação, mais informação com relação a controle social, seria bem-vindo também. A verba tem de vir e ser bem gasta.

Deixe-me ver aqui mais um detalhe. (Pausa) Ah, temos aí um pano de fundo também, escola de tempo integral. Certamente, uma escola, se for bem feito o trabalho, vai precisar de mais recursos e que esses recursos sejam bem acompanhados, a aplicação desses recursos seja bem acompanhada. Então, já por esse fato de haver escola em tempo integral, certamente vai exigir uma destinação de recursos, alocação de recursos maiores às escolas, às unidades que tiverem essa caracterização.

Para terminar aqui... (Pausa) Em suma, que, do jeito que está hoje a aplicação de recursos, ela acaba até tolhendo a liberdade do administrador em aplicar com segurança.

Eu falo porque já fui diretor de escola: às vezes, vem uma verba para você e você não precisa daquele material e é obrigado a gastar naquele material ou devolver o dinheiro. Então, isso também, na mentalidade pública, não sei, entendo que deva ser repensado isso de ter de gastar naquilo. Então, ter mais autonomia para isso também.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Terminou?

R - Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Denise, Sra. Denise, da Ação Educativa.

A SRA. DENISE - Boa noite a todas e todos.

Além de trabalhar na Ação Educativa, gostaria de dizer também que fui Coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação por cinco anos e, junto com o Professor Marcelino, fui responsável pela coordenação do estudo Custo Aluno Qualidade, do Brasil. Compartilho isso para reforçar uma agenda deste grupo, que foi aprovada na Conferência de Educação da cidade de São Paulo, que é importante que se estabeleça uma meta referente à construção do Custo Aluno Qualidade da cidade de São Paulo. Foi aprovado, na Conferência, na primeira versão do texto que foi elaborado por SME, que seria enviado à Câmara: constava essa meta de construção do Custo Aluno Qualidade. E, na versão final, que foi enviada aqui para a Câmara, essa meta, como toda a parte de financiamento, foi suprimida.

Então, aqui estamos colocando a importância de que seja restabelecida essa meta de construção do Custo Aluno Qualidade do conjunto da cidade de São Paulo.

Também, como já foi colocado pela Benê e por outras pessoas aqui, a retomada dos 30% do MDE, com o aumento de 1% ao ano, até completar 30% do MDE - que também foi uma deliberação da Conferência, que também constava na versão anterior do PL elaborado por SME.

Ah, sim. Sheila está pedindo que eu explique o que é o Custo Aluno Qualidade.

O Custo Aluno Qualidade representa a mudança da lógica do financiamento atual, porque ele parte da pergunta: qual é o recurso necessário para concretizar, para implementar o que está previsto na lei, os padrões de qualidade que estão previstos na lei?

O Custo Aluno Qualidade é uma referência de valor por aluno e ele representa esse salto nas condições de financiamento. Então, hoje, existe um parecer do Conselho Nacional de Educação, que reconheceu a construção da campanha nacional, essa construção coletiva da campanha nacional, da qual participaram muitos ativistas e pesquisadores. Esse parecer se encontra parado na mesa do Ministro e deve ser agora retomado pelo CNE. Mas também tivemos uma grande conquista que foi o reconhecimento do CAQ - Custo Aluno Qualidade, no PNE. Isso foi uma conquista da luta da sociedade civil.

Então, o próximo passo nacional da luta pelo Custo Aluno Qualidade é a construção dos Custos Aluno Qualidade ligados aos Planos Municipais e Estaduais de Educação, em todo o País, para que construamos referências do território: qual é o Custo Aluno daquele território. Seria muito importante que a cidade de São Paulo conseguisse ter isso como uma meta precisa em seu Plano de Educação, gerando uma referência nacional, alimentando essa construção. Então, o Custo Aluno Qualidade é isso.

Quanto ao MDE, já coloquei também, a Benê já havia colocado, a importância do aumento de 1% ao ano, totalizando 30% dos gastos MDE. Hoje, temos 25%. MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Também aqui, destacamos a importância de que

seja calculado, que seja feito um estudo calculando quanto vai custar a implementação de cada uma das Metas do Plano. Isso é muito importante para que o Plano tenha concretude, tenha condições, de fato, de ser implementado. Esse cálculo é muito importante.

Também há outros. A questão do controle social, que é fundamental. Inclusive a criação da Comissão de Controle do Fundeb, dentro do Conselho Municipal de Educação, que também foi uma deliberação da Conferência.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Quatro minutos.

R - Eu teria outros pontos, mas gostaria só de destacar rapidamente a importância de uma política de banda larga na Cidade. Ou seja, não pensar a questão da informática só no equipamento, mas conseguir que seja garantida a condição de banda larga. E, também, uma política de estímulo à construção de recursos educacionais abertos, com licenças abertas, com e junto aos profissionais de Educação.

Por enquanto, é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado. Por enquanto, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

R - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - A Sra. Késia Alves, do Crece.

A SRA. KÉSIA ALVES - Eu vou salientar a importância de termos o controle social, como a Sheila falou, dentro da Educação, dentro do financiamento. Então, um dos pontos que é primordial é a implantação do Crece - Conselho de Representantes de Conselhos de Escola, em cada DRE, para priorizar nas verbas, priorizar as despesas de obras e as atas de RP e fiscalização dos gastos das verbas públicas na região.

Também seria uma ferramenta que fortalecesse os Conselhos de Escola para que eles pudessem fazer, em cada escola, o mesmo trabalho.

Seria isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Sr. Cláudio Neto, Fórum EJA/SP.

OS SR. CLÁUDIO NETO - Boa noite. Queria destacar três pontos que considero fundamentais - um mais específico, com relação à rede municipal; um segundo, de âmbito mais geral, envolve políticas desde o Estado e as municipais, inclusive políticas municipais de São Paulo; e a EJA de modo geral.

Com relação ao financiamento, eu queria reiterar a proposta do encontro passado, que é de sair dessa trajetória de desoneração dos municípios e simplesmente transferindo a responsabilidade para o Governo Federal. Isso se configura, por exemplo, na proposta da adesão ao Mais Educação, em que fazemos todo um projeto, chamamos pessoas para participarem disso, elaboramos algo que se leva dias fazendo, mobilizamos toda a escola e sabemos que o financiamento não vem para 2014 - embora a proposta seja para agora. Isso em consequência de uma política esquizofrênica. Assim, a preocupação dos governos municipais é tão somente aquilo que se deu no advento da municipalização, desonera-se o Município e joga-se a responsabilidade para o Governo Federal.

Isso poderia ser revertido numa forma muito simples. O convênio, em vez de ser feito por unidade - como é feito hoje -, deveria ser feito num convênio entre o Município e o Governo Federal. O Governo Municipal poderia, aprovando - porque não sei se todo o mundo sabe como é que funciona a adesão ao Mais Educação em São Paulo, que é uma consequência e também uma extensão do Mais Educação federal. Tendo um Conselho Gestor em âmbito de Diretoria Regional, que aprova isso, vai para a Secretaria, que tem outro comitê e que aprova. Ou seja, se aprovou, o projeto não tem como reverter, como ser revertido, ele vai funcionar.

O trágico, o cômico e o desleal com relação às escolas é que esse projeto não vai funcionar, porque ele só passará a vigorar partir do momento em que o dinheiro cai na conta da escola - que sempre cai para o ano seguinte.

Isso poderia ser melhorado da seguinte maneira: se o Governo Federal faz o convênio com o Governo Municipal, o Governo Municipal poderia ir, nesses projetos aprovados em âmbito municipal, repassando esses valores trimestralmente para as escolas e, depois, ele seria ressarcido pelo Governo Federal.

Não seria algo oneroso para a Prefeitura. Isso porque a escola recebe, em média, hoje, cem mil, 130 mil reais por ano. O Governo Municipal, repassando isso trimestralmente, iria dar algo em torno de 30 mil, mais ou menos, para as escolas irem se virando com o projeto ao longo do ano. De fato, isso iria funcionar. Do jeito que está hoje, é simplesmente para inglês ver. Joga a responsabilidade para as escolas, diz que a educação tem de melhorar, os índices estão apontando a tragédia que nós somos. E, na verdade, as escolas e as unidades não devem ser responsabilizadas pela tragédia que está aí.

O que espanta a nós da Educação é o que fazem os tecnocratas na Secretaria de Educação que não percebem isso. Assim, é uma forma muito simples de se resolver. Chama os educadores da rede para conversar e pensar em alternativa. Nós propomos e... O Governo do Paraná - eu sou Assessor Pedagógico no Governo do Paraná - faz isso com a Educação de Jovens e Adultos. Ele faz convênio lá com o programa que se chama Paraná Alfabetizado, que é uma extensão do Programa Brasil Alfabetizado. O que o Governo do Paraná faz? Ele paga os educadores, paga todo o sistema e, quando o Governo Federal transfere o recurso, ele fica com o recurso.. Então mecanismo legal deve haver. Não acredita que haja algum impedimento legal para que isso não funcione.

A segunda coisa é com relação à política de bônus. É outra coisa que historicamente está provado que não funcione. O governo estadual faz isso, e isso não funciona. Isso deveria ser revertido. Temos as experiências da França, países europeus, como das ZEPs – Zonas de Educação Prioritária –, que, a despeito de algumas críticas, é muito melhor do que esse modelo que temos. Ou seja, os recursos são transferidos para as escolas que mais têm problema. Se tem uma escola que passa por crise, que tem nota baixa no Ideb, é aquela escola que deve receber mais recursos, e ele deve ser distribuída entre os seus profissionais. Da forma como o governo trabalha a política de bônus, como vem se

configurando no Brasil e se consolidando, infelizmente, inclusive num governo em que a gente acredita que poderia mudar isso, não funciona. Você pega os melhores profissionais, com mais anos de carreira, joga nas escolas centrais, e, evidentemente, essas escolas vão ter melhor resultado. Então como se reverte isso? Tem que se pensar em atender as escolas com mais recursos aquelas que estão em pior situação nos indicadores.

Por último, a questão da educação de jovens e adultos, especificamente.

Além do CAQ, tem que ser feito um estudo do custo aluno qualidade da EJA, assim como deve ser feito um censo da EJA. São Paulo, do ponto de vista percentual, não está numa condição muito ruim. Não é boa, mas não é muito ruim. Ela passa a ser trágica a partir do momento em que você apresenta números absolutos. Você pega a Bahia e São Paulo, hoje, a maior cidade do Brasil e que tem o maior número absoluto de analfabetos do Brasil. Ou seja, para reverter isso é preciso fazer um censo urgentemente, necessário para caracterizar.

Também precisamos sair de um sofisma na educação brasileira: de que é a demanda que estrutura a oferta. Isso só funciona na educação. Se vamos a um parque, montando como parque do povo, primeiro se pensa na estrutura e depois as pessoas veem aquilo e passam a usar. Uma pista de *cooper* é a mesma coisa. De repente, faz-se uma pista de *cooper*, e você percebe que as pessoas estão lá usando, andando, andando com cachorro, animais, etc. Na educação isso não funciona. Esse mito de que é a demanda que vai estruturar a oferta é um equívoco histórico, pois é a demanda que tem que estruturar a oferta, e na EJA é fundamental. Se não entendemos isso, não estruturamos uma política de educação de jovens e adultos para dar conta desse problema, e a esquizofrenia vai continuar.

P – Tem a palavra o Sr. Otaviano Helene, da Adusp.

O SR. OTAVIANO HELENE – Eu vou aproveitar a fala da Denise sobre a questão do custo aluno-qualidade, e, em particular, o fato de que o custo aluno-qualidade depende da região, da cidade, do estado do país onde ele está inserido. Vou dar algumas exemplos internacionais.

É evidente que a quantidade de recursos para escolarizar um canadense ou um ugandense é diferente, porque simplesmente o custo de vida, a necessidade de pagamento das pessoas, os aluguéis, o preço da alimentação, etc., são diferentes em países diferentes. Então, se você quiser assalariar bem um professor canadense, provavelmente você precise pagar 60, 70 mil dólares por ano. Se você quiser assalariar bem um professor e um país mais modesto, o salário é diferente também, mesmo que ambos sejam relativamente assalariados

de forma igual. Quer dizer, são profissões atraentes. Ou seja, para você fazer uma profissão atraente em um país onde a renda *per capita* é muito alta, o salário é evidentemente diferente daquele que você precisa para fazer uma profissão atraente numa região, num país ou num local em que a renda *per capita* é menor. Isso responde tanto as possibilidades nacionais como também as necessidades para viver naquele lugar de forma digna.

Existe um padrão internacional que funciona bem para todos os países que tem um bom sistema educacional, sejam países de alta renda, como Finlândia, para pegar um exemplo mais recente, sejam países de renda intermediária, ou baixa, como é o caso de Cuba, ou outros países, cada um pode escolher um país que tem um sistema educacional razoável. O padrão, o resultado da conta do custo aluno-qualidade, é que é preciso investir por aluno, por ano, aproximadamente de 25 a 30% da renda *per capita* nacional. Um exemplo concreto: se você quiser um bom sistema educacional que funcione num país como os Estados Unidos, onde a renda *per capita* é 50 mil dólares por ano, você precisa investir por aluno aproximadamente 15 mil dólares por ano também, que seria, a grosso modo, 25 a 30% da renda *per capita*. Se você investir menos do que 15 mil dólares por ano, muito menos, você vai ter uma educação muito ruim; e mais é desnecessário, porque de 25 a 30% da *per capita* é suficiente. Isso vale, mais ou menos, para qualquer país. Da mesma forma, a renda *per capita* pelo critério paridade e poder de compra em Cuba é da ordem de 15 mil dólares anuais, pela paridade do poder de compra. As pessoas falam: “Ah, como é que o cara ganha 20 dólares?” Ele ganha 20 dólares num lugar em que a passagem de ônibus custa dois centavos, que o remédio custa três centavos, que uma casa custa 500 dólares. Fazendo a tal da paridade com o poder de compra, a renda *per capita* cubana é da ordem de 15 mil dólares, então o investimento para um bom aluno em Cuba é da ordem de quatro mil, cinco mil dólares, o que é equivalente a esses cuja renda *per capita* é 15 mil. Então isso é relativo.

No caso da cidade de São Paulo, eu não sei exatamente qual é a renda *per capita*, mas deve estar na faixa de 40 mil reais por ano, mais ou menos, talvez até um pouco mais do que isso – não sei se algum Vereador sabe o valor atual. Então, para se ter um bom sistema educacional, é preciso investir na ordem de 10 mil a 12 mil reais, por ano, por aluno. Esse investimento inclui, evidentemente, salário de professor, infraestrutura, salários de demais funcionários, consumo de água, luz, telefone, material escolar e tudo o mais. Dessa forma se consegue viabilizar uma educação adequada numa cidade como São Paulo, onde o custo de vida é altíssimo. Um salário atraente no Município de São Paulo é diferente de um salário

atraente no interior do estado, que é diferente do salário atraente num estado mais modesto. Então é essa a relativização em relação à renda *per capita*, que vai na direção do custo aluno-qualidade segundo a realidade de cada local. Então o investimento adequado, incluindo todas as despesas escolares e, em especial, salários, que é a principal despesa escolar, requereria da cidade de São Paulo um investimento da ordem de 10, 12, 15 mil reais por ano, por aluno, que deve ser mais ou menos o dobro do que faz hoje. Aí, investimento estrito em educação segundo as definições internacionais. Essa é a questão.

Última coisa: se transformarmos os famosos 10% do PIB, ver quanto disso vai para a educação básica, e dividir pelos 45 milhões de brasileiros que estão matriculados na educação básica, vai dar aproximadamente 25 ou 30% da renda *per capita*, e isso precisa, evidentemente, ser relativizado por estado, por municípios, em casos específicos de municípios em que a vida é muito cara.

P – Tem a palavra o Sr. Manassés Felício, Sedin

O SR. MANASSÉS FELÍCIO – Boa noite a todos. De antemão, gostaria de justificar a ausência da nossa presidente Claudete Alves, que devido à sua agenda não pôde estar presente para falar sobre dois pontos que ela solicitou que eu pontuasse em minha fala nesta reunião.

Um dos pontos que tem causado grande preocupação, e até foi bastante argumentado, comentado na Conae, nos encontros que houve, e proposta que também foi anexada ao documento, que foi encaminhada a Brasília para ser discutido, é a questão de que o sindicato se posiciona no sentido de lutar pela redução do número de crianças em sala de aula. É um ponto em que o sindicato vem batendo, na pessoa da presidenta, até por declarações de professores que solicitam que isso seja atingido. Algumas pessoas consideram isso utópico, mas é a utopia que nos mantém em movimento. Se não fosse isso, não estaríamos aqui debatendo o plano municipal de educação. E por essa razão, uma vez proposta que a redução de crianças em sala de aula tem tudo a ver com a condição da qualidade do atendimento e tudo o mais, outro ponto atrelado a isso é a infraestrutura, que deve ser mais bem pensada, para que isso não venha a ser mais um sonho que nós, da entidade, propomos que seja alcançável.

Tendo em vista que reduzir crianças em sala de aula demandará construção de novos equipamentos e também contratação a título de concurso público de mão de obra qualificada na pessoa dos professores para atender essas crianças, significa, de fato, falar de

um investimento, e, portanto, a questão do financiamento está posta. É uma preocupação que temos e que deve ser pensada ao elaborarmos esse plano, para não deixarmos desassistidas as crianças, os professores, no que diz respeito à questão da qualidade do atendimento. E pensar que para atender uma demanda hoje, que já está defasada, com mais de 150 mil crianças desassistidas, fora de sala de aula, se faz necessário um investimento muito grande. Algumas pessoas já falam com relação à questão do PIB, os 10% que foram aprovados. E temos aí uma possibilidade gigantesca de atendermos essas necessidades.

É somente isso que eu vim falar em nome de Claudete Alves. Agradeço pela oportunidade de estar aqui falando. Muito obrigado.

P – Tem a palavra a Sra. Nanda, da Ação Educativa.

A SRA. NANDA – Boa noite.

Queria reforçar pontos que outros colegas já trouxeram, e queria trazer mais cinco pontos relativos a financiamento em infraestrutura.

Na proposta de ampliação dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, o que hoje é considerado educação inclusiva, como está na lei municipal, que esses recursos sejam avaliados, e que haja uma avaliação da sua relevância para a renda, para ver o que se mantém ou não, sobretudo o *Leve Leite*, porque eles deixariam de entrar no que hoje tem os 31% de recursos para a educação.

O segundo ponto é com relação ao controle social.

A Denise trouxe o que saiu na conferência de educação, que é a integração do Conselho do Fundeb ao Conselho Municipal de Educação, de forma que este seja um conselho fiscalizador. Então, além de incorporar o Conselho do Fundeb como uma câmara do Conselho Municipal de Educação, é importante rever a própria composição do Conselho Municipal de Educação e as suas atribuições.

Com relação ao controle social, também é importante garantir para o Conselho a disponibilização dos dados de forma mais acessível e transparente, para que de fato haja um real controle social. E não só os dados, mas aprimorar isso e torná-la uma estratégia para controle social, para ampliar a participação.

Um ponto que levantei na última reunião e que coloquei talvez como um dos artigos iniciais do projeto de lei que caberia para discussão do controle social e a possibilidade de criação de um centro de informações do território, abrangendo as sedes federal, estadual e

municipal, num estilo como se fosse um “inepzinho”, subsidiaria o trabalho dos conselhos e do controle social aqui no Município.

Três pontos relacionados à infraestrutura: um é a questão da distribuição dos equipamentos no território. Estudos têm mostrado que algumas políticas e programas que têm distribuição mais equitativa no território, mas há os que intensificam a desigualdade social econômica que já colocada.

É importante fazer o mapeamento dos equipamentos que existem para que nós possamos garantir que estejam presentes nas áreas mais vulneráveis. Isso serviria também para bibliotecas, salas, enfim todos os equipamentos necessários nas escolas.

O segundo ponto é sobre os projetos arquitetônicos, tanto para construção como para as reformas, que estimulem a convivência, a sustentabilidade, que valorizem esses aspectos e não sejam quase prisões. Vamos pensar melhor. Há, também, a necessidade de recursos para a manutenção dos equipamentos.

Ainda com relação aos projetos de reforma e construção, é importante que os equipamentos e os mobiliários estejam adequados às diferentes faixas etárias. Os da educação infantil que estejam adequados à presença de crianças pequenas, ou mesmo à EJA, que os equipamentos estejam adequados ao tipo de oferta que a escola dispõe.

Era isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Próximo, Sr. José Adão de Oliveira.

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Faço minhas as palavras do Cláudio em relação a EJA, pelo seguinte: há uma dívida social, um passivo, que tem que ser estudado e quantificado em separado dos parâmetros da educação regular. Não pode se comparar, digamos, o que se investe em EJA com aquilo que se investe no Arquidiocesano, no Santa Cruz, ou mesmo no Fernão Dias, aqui em Pinheiros. São lugares e público alvo bem diferenciado.

A questão de EJA e outros setores que estão fora do sistema educacional, a

tendência conforme a qualidade for aumentando, a maturidade da gestão for aumentando, a tendência é que esses recursos iniciais decresçam ao longo do tempo. No começo tem que ter um grande aporte de recursos, porque a dívida é enorme.

Nesse sentido, o correto seria ter o Município, o Estado, a União, em regime de colaboração, porque um cidadão mal-educado não vai escolher onde vai desaguar a deseducação dele, é um processo natural, todos nós pagamos.

Pode dizer que não tem verba, mas tem que arranjar verba, porque uma vez tendo o investimento, a tendência é o problema ser resolvido ao longo do tempo e desnecessário que essa verba continue.

Isso tem que estar aliado à questão das metas e os prazos para implementar as políticas e cada setor educacional eleja como prioritário. A outra questão da construção sustentável adequada e vemos pela cidade quadras de esportes delata, um calor terrível e aquelas latas quentes, o arejamento é porque é alto, mas é impossível que tenha tudo igual, uniformizadinho. A própria comunidade gestora não tem influência na construção, coloca-se a demanda, vem a empresa de fora, que constrói com o menor custo.

Nesse sentido tem de se rever a questão da lei das licitações, nem sempre o menor preço é o mais justo. Os professores de Economia e Gestão das universidades devem ser chamados para quando houver a demanda construtiva seja adequada à sustentabilidade, ao menor custo, mas não a menor qualidade para que não paguemos uma escola e meia por uma mesmo assim mal feita.

A questão do custo da educação regular, de EJA, foi colocada do Leve Leite de qualquer outra proposta pública que seja fora daquilo que colocamos como parâmetro regular desde a creche até a universidade qualquer coisa que seja fora disso não que não deva ser realizado, deve ser, mas ter um prazo dentro do próprio plano uma vez sendo resolvido o investimento vai ser investido no aperfeiçoamento de outras propostas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Rogério dos Anjos, da SME.

O SR. ROGÉRIO DOS ANJOS – Boa noite a todos. Conseguimos no ano passado praticamente nos ver todas as semanas na construção da Conferencia Municipal de Educação e agora como planejamos anteriormente nós iríamos aprofundar a discussão a cerca do Plano Municipal de Educação. Tomara que a Copa e a própria eleição não nos impeça que o plano seja apreciado pela Câmara Municipal e que em 2014 o tenhamos.

Estamos num momento que temos de nos expressar permanentemente. É um momento de debater, aprovar e encaminhar as questões de mérito na Comissão de Educação e esse movimento que está proposto na Comissão dá um bom fluxo de captar aquilo que foi pensado nesses anos todos em conferências, discutido, votado e continua esse movimento até o fim e, na verdade, não para. O Plano será aprovado e implementado nos próximos dez anos. A discussão é muito rica e para além do que deve entrar no Plano eu acho que no relatório, enfim, propondo se aponte as questões que foram colocadas como alimentação escolar, os recursos e a decisão de se fazer a ampliação do EJA, aprofundar essa questão. As questões relacionadas à diversidade no município de São Paulo.

Hoje temos de discutir a questão do Orçamento e os recursos em si. Estava lá no Ministério da educação durante todo o tempo que estavam discutindo o Plano Nacional de Educação e parecia impossível que chegaríamos ao ponto de ter de aprovar como o foi os 10% para a Educação. Será um esforço gigantesco e que teve no meio do processo o aporte da aprovação dos recursos do pré-sal. Nesse momento não conseguimos materializar o que será o significado dos recursos do pré-sal para a educação, mas de toda a forma as Prefeituras, os Estados e o ente Federal vão ter de pensar com cuidado em como aumentar os recursos da educação.

Se chegarmos aos 10% para a educação daqui a dez anos teremos de ter um aumento de 30 a 40% no Caq, me parece que essa conta é mais ou menos a mesma. Ao chegar aqui no município, aprofundar essa discussão do Caq é importante. Estando na Secretaria Municipal de Educação detectamos uma diminuição no fluxo de alunos no ensino

fundamental. Esses números não estão prontos ,mas acho que é importante atentarmos para essa questão no mesmo instante que temos de nos preparar para aumentar de forma impactante o público da educação infantil e essa conta é alta no sentido de investimento e não de gasto, que vai melhorar a educação a longo prazo.

Nesse sentido discutir a responsabilização dos municípios do governo do Estado e do ente Federal nos custos com educação é importante porque esse debate foi muito intenso na década de 90, agora, já no séc. XXI, vamos dizer assim, ele teve uma acomodação das responsabilidades e muitas experiências boas e ruins como diria a municipalização no Estado de São Paulo, vejo como uma experiência ruim e podemos pensar nessa questão da dinâmica de responsabilidade dos entes e os seus financiamentos, seus respectivos financiamentos.

Na Conferência Nacional de Educação que vamos ter em novembro, continuaremos a debater também a questão do regime de colaboração, é um dos pontos importantes que está ainda em debate - é lógico que isso não vai parar na Conferência – e eu também gostaria, neste ponto, termos muito bem definido, sem querer categorizar as coisas, mas eu acho que é importante apontarmos o que foi discutido aqui sobre a gestão democrática. Quer dizer, o financiamento sem uma gestão verdadeiramente democrática é incompetente, que acaba indo pelo ralo, é desviado para outras funções.

Nós viajamos por municípios por aí e vemos que a secretária do prefeito, às vezes, é uma professora que recebe com recursos da Educação. A questão da gestão democrática, participação e fiscalização.

Eu fico por aqui, agradecendo mais este objetivo de nós ouvirmos e levar isso para a Secretaria.

Como todos sabem, a Câmara aprova, o Prefeito sanciona e, lógico, a sociedade participa, fiscaliza e também propõe a realização de mudanças.

A Educação é uma responsabilidade da sociedade. É um dever do Estado, mas nós estamos aqui para fazer esse aprofundamento e pensar, daqui para o fim do ano, como que

nós poderemos intensificar o nosso diálogo para que tenhamos o resgate e as questões colocadas aqui desde 2009, de forma oficial estamos tentando construir essa discussão.

Então vamos lá. É o momento.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra, pela ordem, e Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Eu queria fazer uma pergunta: Rogério, você que vai acompanhar um pouco os trabalhos permanentemente porque o Secretário Callegari nos prometeu que viria um representante da Secretaria Municipal que poderia nos fornecer dados e uma série de coisas. Seria você?

O SR. ROGÉRIO DOS ANJOS – Toninho, sim. Sou responsável pela Secretaria de atuar na interlocução política e vamos ter também o apoio do Fábio Renzo, que é outro técnico que fará o aporte junto à Câmara e junto aos movimentos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - De manhã ele veio?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Agora vamos para a segunda fase que é a das inscrições. Temos cinco pessoas inscritas, vou encerrar na fala da primeira inscrita, a Sra. Bene, do Sinesp. As pessoas que queiram reinscrever-se, que o façam durante a fala dela.

Estão inscritos os Srs.: Bene, Arnaldo, Sheila, Denise e José Adão.

A SRA. BENE – Só duas observações em relação à fala do Rogério. A primeira é com relação aos 10% do Plano Nacional de Educação, da forma como ficou definido no final foi um tombo em toda participação da sociedade civil, de todos que se envolveram na discussão, porque quando o projeto saiu da Câmara Municipal eram os 10% de dinheiro público para educação pública.

Isso foi modificado no Senado, foi objeto de destaque nos últimos tempos e, por

fim, acabou passando. Dinheiro público para a Educação, um guarda-chuva imenso onde cabe tudo o quanto é coisa da empresa privada. Isso foi uma perda que a sociedade teve, porque não foi assim que nós lutamos, não foi assim que a sociedade aprovou na Conferência de 2010.

A outra observação, sobre o que o Rogério coloca que a municipalização para ele não foi boa. Discordo, porque temos o ensino municipal municipalizado desde 52. A rede que temos hoje é municipalizada, algo que não deve para ninguém, para nenhum Estado, para nada. É um organismo maravilhoso e é municipalizado. Acredito que não podemos generalizar que a municipalização seja algo ruim. São Paulo nem entrou porque já era um ensino municipalizado.

Em relação à verba da Educação, algo que a Nanda tocou em relação à estrutura, há que se considerar também, ao dar dinheiro para a escola, não só o número de alunos, mas outros fatores como o tamanho da escola. Temos escolas imensas, uma estrutura trabalhosa, ela tem o mesmo modo, recebe o mesmo recurso, porque detém o mesmo número de alunos. Isso deveria ser considerado.

Dentro do que o Cláudio falou, achei maravilhosa a fala sobre a questão do mito da demanda gerar oferta. Teria de ser ao contrário, a oferta propiciar estrutura boa. Vou para uma questão que no Sinesp fazemos anualmente, que é uma pesquisa denominada retrato da rede. O resultado desse retrato da rede, em relação à estrutura, por exemplo, não temos acessibilidade nas escolas. É insuficiente, é irrisório o número de unidades que dispõe de acessibilidade.

Não há. Visitamos todas as diretorias regionais, é um problema seriíssimo a ser resolvido, as escolas todas deveriam ser dotadas de condições para a acessibilidade. Tem que ter oferta, tem que ter o espaço pronto. Se vai ter criança ou não necessitando dessa estrutura é outra situação. Então, é algo que realmente tem que ser visto.

Por fim, com relação ao controle do Fundeb, o que há ao longo dos anos? O Sinesp

tem tido presidente do Fundeb nos últimos anos, uma das coisas que eles penam muito é obter os dados da Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria tem que ser ágil ao fornecer os dados para que o controle possa ser exercido. As contas ficam lá um tempão paradas, com risco de incorrer nas penalidades que estão previstas, porque a Secretaria não é ágil. Precisa ter uma agilidade em fornecer os dados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Estão encerradas as inscrições. Temos agora seis pessoas, os Srs.: Arnaldo, Sheila, Denise, José Adão, Cláudio Marques e Otaviano.

Próximo, Sr. Arnaldo Ribeiro, da Aprofem.

O SR. ARNALDO RIBEIRO – Serei breve na minha fala. Por alguns anos acompanhei o trabalho na Câmara dos Vereadores e pude ouvir, principalmente nas sessões de fim de ano, eu vi e ouvi vereadores dizerem que sobraram verbas na Educação.

Se é um setor que tem tanta demanda, que está desvalorizado, como pode sobrar dinheiro? Se sobra, é lógico, deve ter um retorno esse dinheiro, deve voltar talvez para o lugar de origem. Mas, com toda a problemática que envolve a Educação, as necessidades não atendidas, seria a questão de o próprio Executivo, a Secretaria, pensar melhor na aplicação desse recurso que não é gasto na sua totalidade. É lógico que é gasto com propriedade.

O que vou falar pode até ser que eu queime a língua aqui: mas tenho ouvido, na entidade onde trabalho, é que antes do Fundeb havia o Fundef, antes de ser instituído o Fundef a Prefeitura arcava com a folha de pagamento.

Depois, foi instituído o Fundef, depois o Fundeb, parte do dinheiro que seria para valorização do profissional da educação, passou a compor a folha de pagamento. Pelo que entendo, perdeu um pouco a finalidade. E o dinheiro que era próprio da folha de pagamento, do Tesouro do Município? Acho que cabe uma verificação disso, até da utilização mesmo, se é para utilizar o dinheiro do Fundeb para pagar e completar a folha, ou pagar os servidores, que se assuma isso abertamente, porque isso que estou falando já foi publicado em jornais mais de

uma vez.

Essa transparência, a dificuldade de as próprias secretarias disponibilizarem a transparência do gasto, a ter mais agilidade na divulgação desse gasto, seria interessante.

O que mais parece um paradoxo é esse: se há tantas demandas, por que sobra dinheiro?

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado, Sr. Arnaldo. Próxima, Sra. Sheila, Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA – Gostaria de reforçar a importância de: por que na escola pública o professor tem que ficar limitado a trabalhar, desenvolver seus projetos pedagógicos, com giz e lousa? Na proposta de 2010, constava a destinação de recursos para financiar projetos solicitados pelas escolas, em todas as modalidades de ensino, sempre visando a qualidade do trabalho em consonância com os projetos pedagógicos.

Muitas vezes o recurso para produzir um minhocário, para um pequeno viveiro de mudas embaixo de uma árvore que exista na escola, para equipamentos de lazer nos espaços que têm disponíveis, um pequeno jardim. São coisas que os conteúdos trabalhados – vamos pensar no ensino fundamental, por exemplo, na EJA – ganham sentido. A escola se torna um lugar mais agradável, o professor tem mais prazer para trabalhar. A destinação de recursos, a gestão desses recursos, pela própria escola, motivaria os professores a trabalharem de outra forma.

Isso já está posto na proposta de 2010, com a disponibilização de recursos para viabilizar projetos dos professores, de práticas educativas que sejam diferenciadas, que possam, de fato, contribuir com a melhoria da qualidade da educação.

Consta também, na proposta de 2010, a realização de um orçamento participativo da Educação. Isso fortaleceria os conselhos de escola, e as escolas poderiam optar, por exemplo, por obras de acessibilidade, ou relacionadas ao acesso à informática, à banda larga, como a Denise falou. Quer dizer, ouvindo ainda o Rogério falando da importância de uma

gestão democrática, se teme que o se Plano Educação de São Paulo construir estratégias, para que o recurso seja, de fato, gerido pelas comunidades, é algo que contribui para que, entre acertos e erros, certamente a opção para destinação do recurso para uma determinada rubrica ou outra, no processo, certamente, vai dar gancho de qualidade impressionante, não só nas práticas educativas que passam a ser viáveis, a partir de um mínimo de recursos, é muito pouco, que se precisa para fazer... Os professores são extremamente criativos. Com pouco de recursos esses projetos seriam de fato colocados em prática e teríamos o fortalecimento da gestão, aprender a definir para onde vai o recurso. São coisas muito simples que produzem um resultado muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Denise Carreira, da Ação Educativa.

A SRA. DENISE CARREIRA – Rapidamente quero destacar quatro pontos: o primeiro, à necessidade, de um controle da execução orçamentária por rubrica, vinculada a cada etapa e modalidade. Isso é um impacto gigante na EJA. No caso do FUNDEB temos os recursos que entram por meio das matrículas, mas não sabemos os recursos que voltam para EJA. As pesquisas têm apontado, de que apesar de termos conquistado os movimentos sociais, a equiparação da EJA com o ensino regular no FUNDEB, na verdade o recurso que volta para EJA hoje, está caindo. Tem recurso para EJA no FUNDEB, mas o recurso não volta para EJA, ele vem pelas matrículas mas não voltam para a modalidade. Isso é importante a gente conseguir abrir de como está a execução orçamentária por rubrica, saber quanto vai para cada modalidade e etapa. É algo importantíssimo para todas, mas, sobretudo para EJA. Isso queria destacar aqui. Segundo ponto é à necessidade de já prever no plano alguma forma de controle social ou câmara técnica, vinculada ao conselho de educação de controle social do pré-sal. Acredito que seria importante que já fosse estabelecido no plano, alguma forma de controle social do recurso do pré-sal, já estabelecer ali. O terceiro ponto é à necessidade de transparência dos recursos que vão as escolas e associar a isso, também ao que a Sheila

colocou que é a proposta do apoio à educação. Isso é muito importante, foi discutido na conferência, acredito que a cidade, com certeza ganharia muito. E por último destacar aqui um ponto que foi colocado pela Ananda, e consta de vários documentos nossos, que é à necessidade desse “Nepe” da Cidade de São Paulo, que reunisse os dados do Município, do Estado, da União, da iniciativa privada, ou seja, pensar se o atendimento, as informações todas do atendimento educacional, das demandas educacionais, oferta educacional no território. Produzimos aqui no estudo educação e desigualdade, ficamos cinco anos para conseguir reunir as informações que estavam fragmentadas sobre o território. Isso é muito importante. Essas são as propostas que trazemos aqui. Concluindo, quero dizer para o Rogério, da importância que a Secretaria Municipal de Educação possa, antes das audiências públicas que serão promovidas por essa comissão, mobilizar as escolas, envolver as escolas no debate do plano de educação. Essa é uma solicitação, uma reivindicação, uma proposta desse grupo a bastante tempo. A necessidade de que seja desenvolvida. E aqui destaco três pontos: uma comunicação com as escolas falando do processo, que seja distribuído o plano, que seja estimulada as discussões nas unidades, e seja divulgada amplamente, as audiências públicas que serão realizadas aqui. Ou seja, destacamos a importância que a Secretaria se envolva na retomada do debate sobre o plano junto à rede.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. José Adão, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO – Pegando o embalo da Denise, estamos, organicamente desde de 15 de agosto de 2008, mobilizando e sempre colocando o município como parceiro, quem estiver na Cidade de São Paulo como parceiro para o processo em termos de construção e movimentação. Isso independentemente do sindicato e do Partido, do movimento social, a gente quer ver cidade virando essa página.

Nesse sentido coloco como justificativa uma proposta de 2010 que é chamada

feiras distritais de educação, ciência, tecnologia, economia solidária e desenvolvimento sustentável, que seria instituído pelo regime de colaboração entre município, estado e união em que teria uma parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual e com suporte do MEC, com o CNPQ e BNDES em função dos projetos que tivessem relevância e que pudessem ser implementados. Essa proposta ampliaria em muito a questão da metodologia científica e a questão de que tendo agora essa proposta do conceito autoral no sexto e sétimo e nono ano, que é da reforma curricular em que o aluno já começa a iniciar o processo de dizer o que pensa, o que quer fazer, o que ele propõe para a Cidade e se aprofundar mais tarde no ensino médio, então, essa feira poderia ser anual ou bianual, mas o foco seria o conceito que colocamos em 2008 que é educação na Cidade de São Paulo, não educação municipal ou estadual, mas sim educação na cidade e territorializada.

As escolas municipais do Raposo Tavares, as particulares conveniadas, se tiver alguma federal, todos serão convidados para participar dessa feira. A sede ou no CEU, ou numa ETEC, mas todos seriam convidados a elaborar projetos, geralmente os problemas são locais, educação, moradia, alimentação. Um dos problemas grandes que vejo: quanto uma escola gasta de luz, água? Quem paga? É a direção?

O gestor da unidade não tem controle nenhum para fazer uma pesquisa, um projeto educacional que reduza a água em 40% e ele não vai saber se vai ser 40% a menos. Pode ser que crie alguma coisa para gerar energia e tornar a escola autônoma em relação à energia, mas não vai ter sequencia porque não se terá controle nenhum sobre isso. Isso não é educação.

O projeto político pedagógico da escola começa a preparar essa virada em que os estudantes desde a tal reforma curricular, passando para o ensino médio possa já antecipar a implementação da metodologia científica.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Marques, do Fórum Paulista de EJA.

O SR. CLÁUDIO MARQUES – O formato desse debate não permite que consigamos discutir filosoficamente ou politicamente algumas questões, eu entendo até a dinâmica, não estou criticando, mas há a necessidade de uma segunda inscrição para tentar expressar melhor o que pensamos.

Com relação ao órgão assessor da SME que poderia culminar em controle social, acho que não é difícil, temos na rede pessoas que trabalham na rede e que enveredam para a pesquisa. Hoje não temos e na rede estadual também acontece antigamente você tinha aqueles que pensavam a política de educação aqueles que executavam na escola, hoje, temos inúmeros pessoas, mas muitas pessoas pesquisam educação e que poderiam contribuir e esse órgão assessor poderia ser um órgão com pessoas com reconhecido saber no campo da educação de fora da rede e poderia ser também feito por pessoas que estão na rede e que poderiam prestar esse serviço.

Vou voltar também na política de bônus que lamentavelmente no Brasil e para nossa frustração o governo municipal está aderindo essa lógica. O Alckmin vai para a televisão e diz claramente na meritocracia e talvez ele não saiba o impacto disso e a distinção da lógica capitalista. A política de bônus gera isso, ela não se preocupa com o processo, quer saber de resultado e isso é lógica capitalista, não importa o que a empresa vai fazer para conseguir o resultado, o importante é que meu funcionário consiga o resultado para a minha empresa. Na educação isso não pode acontecer, o processo é que tem e estar a frente daquilo que a gente quer, que é uma educação de qualidade. O Haddad não chega a falar em meritocracia, mas vai lá defender a política de bônus, que é a mesma coisa. O Alckmin diz que a escola está assentada sobre a base da meritocracia, parece-me que muitos governos municipais e estaduais vão nesta lógica, só que eles esquecem que a educação, além da meritocracia, tem de pensar na igualdade de oportunidade e quem está em escola pública não pode abandonar essa perspectiva.

Primeiro temos de cuidar a igualdade de oportunidade para depois observar a

meritocracia, que não inventaram nada para que a escola fosse assentada, infelizmente, e por último, na questão da municipalização, gostaria de reiterar o que foi dito, São Paulo é o único município que eu conheço que de fato procederam a municipalização. O que o Paulo Renato tentou fazer, uma política atabalhoada e às pressas foi de desonerar o Estado, jogando para os municípios. Por que eles fizeram dessa forma apressada?

Só municipalizaram uma etapa, que é até o quito ano. Muitos municípios, inclusive, da grande São Paulo, que tem aporte econômico para fazer todo o ensino fundamental que seria até 9º ano e não faz. São Paulo faz. Eu não estou nem defendendo isso, mas estou dizendo que para pensar em política de municipalização temos de tentar discutir a política de fundos. O que significou o Fundef trazido pelo governo do PSDB e o que significou o Fundeb. Será que é essa trajetória histórica que temos de seguir? Temos de repensar porque na verdade a política de fundo é a socialização da miséria na prática para muitos municípios.

Se pegarmos os dados da região Norte, vemos isso. Quem são os estados e municípios que contribuem para o fundo e aqueles que usufruem. É claro que tem de se pensar na equidade, tem de pensar numa série de coisas, mas não dá para falar em municipalização sem discutir aquilo que é o axioma do processo que é a política de fundo.

Há no Brasil um simulacro daquilo que temos feito sempre e me parece que infelizmente é uma trajetória que não conseguimos romper embora tenhamos pessoas com a capacidade de formação técnica para poder ajudar nesse debate, mas não conseguimos sair disso infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Otaviano, da Associação dos Docentes da USP.

O SR. OTAVIANO – A gente está aqui discutindo a questão do financiamento da educação e acho que, quando discutimos um assunto, uma questão de método é primeiramente pegar as grandes questões do assunto, depois as intermediárias, depois as pequenas e evitar que coisas paralelas e que podem ser relevantes, não que não o sejam, não

atrapalhem a discussão mais ampla.

Uma vez feita a discussão mais ampla, vamos para o nível seguinte e vencido o seguinte vamos para o outro e assim por diante. Estou comentando isso pelo seguinte: por exemplo, foi levantado pelo Rogério a questão de administração que citou o caso da secretária a do Prefeito que é uma professora. Tudo bem, é um assunto relevante. Só que é um assunto a que vamos dar a devida proporção. Estamos discutindo aqui a Educação, se for no Estado de São Paulo como um todo, ou no Município de São Paulo, talvez deva chegar a 0,5 milhão de alunos na Escola Municipal... Ou mais? Menos? Um milhão. Quer dizer, estamos discutindo 1 milhão de alunos.

Quer dizer, então vamos ver primeiro a grande questão e as pequenas, porque o risco é de essas pequenas questões impedirem...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. - No Município, é.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. - Do Municipal. E tem mais outro milhão do estadual.

Mas, de qualquer forma, é o número que estamos discutindo, dessa ordem de grandeza. Então, porque, muitas vezes, o pequeno problema administrativo que existe... que, por sinal, é muito menor do que problemas administrativos que se tem fora do setor público, eles são muito maiores do que os que há no setor público. Vou só citar um exemplo. Não agora, nos últimos anos, mas uma década atrás, bastava uma sala de aula estar vazia no Centro de São Paulo para um Secretário de Estado fazer um discurso que não podia pôr mais dinheiro em educação, enquanto não fosse resolvido o problema da ineficiência do sistema - como se uma sala de aula vazia fosse algum problema. Enquanto que, fora do setor público - para citar um exemplo, os cinemas ficam vazios 99% do tempo. Eles são feitos para lotar na sexta e no sábado à noite, apesar de ficarem lá... E isso é irrelevante. De fato, acho que é irrelevante. Os cinemas são feitos para ser usados às sextas, sábados e domingo à tarde, são

dimensionados para isso.

Mas eu quis dizer isso só para... Porque, às vezes, essa pequena coisa acaba atrapalhando o grande debate.

Rapidamente, para outro assunto: de novo, pequeno, o maldito pré-sal. Sabemos fazer a conta, sim, do pré-sal: é um milhão de barris por dia, 300 dias por ano, 200 reais o barril de petróleo e, grosso modo, 10% de *royalties* - variando de contrato para contrato. É só fazer uma conta de multiplicar e você sabe quanto isso dá: dá 0,1 % ou 0,2% do PIB. Claro que é alguma coisa, mas não estamos discutindo ainda o 0,1%, estamos discutindo os 10% do PIB. Depois de discutirmos os 10% do PIB, vamos discutir o 1%; depois do 1%, vamos para o 0,1%, porque, senão, a pequena coisa atrapalha discutir a coisa maior, não é?

E o último é que... Desculpem-me estourar o tempo.

Enfim, são esses pontos. Quer dizer, então é uma questão de método para... Não que os pequenos problemas não sejam relevantes. Eles são relevantes, mas vamos colocá-los no momento correto. E, no momento aqui, me parece que a discussão é como financiar a educação de 1 milhão de crianças e jovens no sistema municipal de educação da cidade de São Paulo. Esse é o problema que temos de discutir, esse grande problema: como arrumar recursos para viabilizar adequadamente, dentro de uma educação igualitária, a educação desse milhão de crianças que temos só na rede municipal. E, depois, vamos para os problemas seguintes. E, principalmente, não deixar que as pequenas mazelas que o sistema tem acabem viabilizando um discurso que justifica aquele famoso discurso de uma década atrás, de que não se pode dar um tostão a mais para a Educação enquanto houver problema dentro do setor. Esse discurso, sinceramente, não me parece adequado e acho que nem mesmo honesto, porque ninguém usa esse discurso em outros setores; ninguém fala em se deixar a estrada esburacada e os caminhões se arrebentarem, e os carros capotarem, e as pessoas morrerem, enquanto não resolver o problema da corrupção no setor de construção civil. Ninguém faz esse discurso. Primeiro se resolve o problema da estrada. Não se quer que o caminhão de minha

empresa sucateie, não quero morrer e não quero que ninguém morra.

E outra questão é se resolver o problema - sei lá se há ou não - da corrupção nesse tipo de coisa. Separar os dois problemas, senão um problema impede a solução do outro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Bem, aqui, você não se inscreveu. Então, nós encerramos as inscrições na fala da Benê. Assim, a partir de agora, não aceito mais inscrições, pode ser? Depois, o povo vai contestar o que você falou. Então, vamos aguardar para a próxima.

Bem, a próxima reunião está marcada aqui para o dia 27/06, sexta-feira, nesta Sala Oscar Pedroso Horta, às 19h. Tema: valorização profissional, gestão democrática e gestão educacional.

É, porque tivemos problema com a segunda-feira passada, não é?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - E, no dia 30, logo em seguida, dia 30/06...

Quer dizer que, na segunda-feira que vem, não há nada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Jogo do Brasil? Assistiremos ali no Fan Fest.

Então, no dia 30/06, segunda-feira, na Sala Prestes Maia, no primeiro andar, não é isso? Prestes Maia, primeiro andar. Não vai ser aqui, tá?

Tema: educação inclusiva, EJA, educação indígena, educação afro-brasileira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Então, antes de encerrar, vou passar a palavra para o Relator ver se quer fazer alguma consideração, Relator Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI - Bem, só queria fazer uma consideração, que acho assim: um tema tão importante desses e com tanta contribuição, é engraçado não haver nada no Plano atual que está tramitando aqui na Casa. Porque é assim, porque passa por várias

questões, não é? Não é simplesmente lei assim, é a porcentagem que já temos no Governo Estadual, no Municipal ou Federal, dos entes federativos enquanto cada um. Implica na questão de alimentação, no mobiliário, em uma série de questões. Acho que foram muito importantes as contribuições.

Eu, aqui na Casa, costumo falar assim - depois aqui me falaram que Paulo Freire falou alguma coisa parecida, e olhem que eu não sabia disso: "Você quer saber o que é prioridade aqui nesta Casa?". Costumo falar isso na tribuna. "Fala para onde vão os recursos", porque o resto, se não forem recursos para determinadas questões, aí é demagogia. Fala para onde vão os recursos que eu sei onde estão as prioridades.

Não queria entrar no debate político, mas fico pensando algumas questões. Acho que aqui o Vereador Reis sabe disso: o Município de São Paulo só tem aí em torno de 6 a 7 bilhões para investimento. É mais ou menos o que vamos pagar de dívida pública para o Governo Federal, 13% do Orçamento. O Governo Federal, quando fizemos a Constituição de 88, centralizou muito os impostos. Então, sabemos que há uma concentração grande de impostos no Governo Federal, não é? E aí poderíamos discutir várias questões. O pré-sal acho que é uma, e o professor colocou muito bem. Mas, por exemplo, há o imposto de grandes fortunas, que está em nossa Constituição Federal, que não foi regulamentada até hoje, e que vemos países mais capitalistas, como os Estados Unidos, onde o Governador de Nova Iorque está falando que se tem de cobrar impostos das grandes fortunas lá.

Então, acho que há outros debates para se fazer - que, talvez, não passem um pouco por esta Casa, passa lá no Congresso -, como o caso de países, por exemplo, como o Equador, que discutiu a questão de sua dívida pública e conseguiu abaixar consideravelmente o pagamento da dívida e investiu em políticas públicas em áreas sociais e não teve a revolução, o cerco que os capitalistas fariam por aquele país por conta de haverem discutido a questão da dívida. Foi feita uma auditoria, que também há na nossa Constituição - é só efetivar -, que é a questão de uma auditoria da dívida pública.

Acho então que, assim, as metas são estabelecidas. Acho que os esforços têm de ser implementados pelos governos para conseguirmos chegar a essas metas estabelecidas e termos não só educação de qualidade como outras questões também.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito bem, muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Convido todos para a reunião na quarta-feira, às 14h, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Estão todos convidados, os que puderem vir. E aguardo vocês para a próxima reunião, então, na sexta-feira, dia 27/06, é isso?

Então, desejo uma boa noite a todos e muito obrigado.

Está encerrada a reunião.
